

ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE NACIONAL DO SETOR MINERAL - CPNM

Local: Escritório de Representação do Instituto Brasileiro da Mineração (IBRAM) em Belo Horizonte/MG

Data: 18 de maio de 2017 de 9:00 às 17:00 horas

PRESENTES

Bancada do Governo: Mário Parreiras de Faria (SRTE/MG e Coordenador da CPNM) e Lênio Sêrvio do Amaral (Fundacentro/MG).

Bancada dos Empregadores: Cláudia Braga Fernandes Pellegrinelli e Davi Ribeiro dos Santos (CNI), Hermano Gomes Machado (CNF), Sérgio Luiz do Nascimento (CNT) e Cleber José Baldoni Gomes (CNC)

Bancada dos Trabalhadores: Aguinaldo José Grillo (Sindimármore/ES) e Arnaldo Antunes da Silva (Força Sindical).

Representação do Ministério Público do Trabalho: Dra. Carolina De Prá Camporez Buarque.

AUSÊNCIA JUSTIFICADA: Lindomar Mesquita (CNC)

O Coordenador da CPNM iniciou a reunião dando boas vindas aos presentes, agradecendo a presença de todos e a acolhida do IBRAM que mais uma vez cedeu o espaço para a reunião. O Coordenador apresentou a pauta constando de discussão sobre a definição de “trabalho efetivo em subsolo” conforme decidido na 22ª. reunião da CPNM e considerando as contribuições trazidas pro Hermano Machado naquela reunião. Dando início às discussões Arnaldo Antunes informou que a categoria profissional em Catalão/GO tem Acordo Coletivo de Trabalho, devidamente homologado, estabelecendo a jornada de trabalho de 8 horas diárias, em turno de revezamento, com módulo semanal de 36 (trinta e seis) horas de efetivo trabalho no subsolo, sendo 6 (seis) horas de trabalho efetivo em subsolo e 2 (duas) horas à título de tempo gasto em instruções de segurança (Diálogo Diário de Segurança) na superfície e deslocamento até os locais de trabalho no subsolo e retorno à superfície. Cleber informou que em SC há um acordo coletivo com a categoria de trabalhadores de minas de carvão prevendo trabalho de jornada efetiva de 7 horas e 12 minutos em subsolo em compensação ao trabalho aos sábados. Aguinaldo relatou que no setor de mármore e granito há acordo coletivo permitindo jornada de 8 horas sendo efetivamente trabalhadas de 7 horas de segunda à quinta feiras, com uma hora de intervalo de almoço e na sexta feira com jornada até às 16:00 horas com sábado compensado. Após discussões foram consensadas as seguintes definições: 1. Boca da mina: aberturas de acesso ao subsolo utilizadas para entrada e saída de trabalhadores, equipamentos e materiais, caracterizadas pelo portal de acesso ao subsolo, colar do poço, planos inclinados ou rampas, chaminés e galerias de encosta, não se confundindo com a portaria ou com a área de servidão da mina. 2. Hora de percurso ou deslocamento é o tempo despendido pelo trabalhador da boca da mina ao posto de trabalho no subsolo e vice-versa. 3. Trabalho efetivo em minas subterrâneas inicia-se quando o trabalhador chega ao seu posto de trabalho no subsolo e ficando decidido que as referidas definições seriam incorporadas ao item **22.37 Disposições Gerais**, acrescentando os itens em *itálico* e passando, assim, a vigorar com a seguinte redação:

22.37 Disposições Gerais

22.37.1 O empregador deverá fornecer ao trabalhador do subsolo alimentação compatível com a natureza do trabalho, sob a orientação de nutricionista, na forma da legislação vigente.

22.37.1.1 Havendo fornecimento de alimentação no subsolo, a empresa ou Permissionário de Lavra Garimpeira manterá local adequado que atenda às condições de segurança, higiene e conforto.

22.37.2 A empresa ou Permissionário de Lavra Garimpeira manterá instalações sanitárias tratadas e higienizadas destinadas à satisfação das necessidades fisiológicas, próximas aos locais e frentes de trabalho.

22.37.2.1 Em subsolo os recipientes coletores dos dejetos gerados deverão ser removidos ao final de cada turno de trabalho para a superfície, onde será dado destino conveniente a seu conteúdo, respeitadas as normas de higiene e saúde e a legislação ambiental vigente.

22.37.2.2 As instalações sanitárias que adotem processamento químico ou biológico dos dejetos deverão observar as normas de higiene e saúde e as instruções do fabricante.

22.37.3 As condições de conforto e higiene nos locais de trabalho serão aquelas estabelecidas na Norma Regulamentadora n.º 24 Condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho.

22.37.3.1 A empresa ou Permissionário de Lavra Garimpeira poderá substituir os armários individuais por outros dispositivos para a guarda de roupa e objetos pessoais que garantam condições de higiene, saúde e conforto.

22.37.3.2 - Havendo locais para a troca e guarda de roupa no subsolo estes deverão observar os mesmos requisitos dos subitens 22.37.3 e 22.37.3.1

22.37.4 Boca da mina: aberturas de acesso ao subsolo utilizadas para entrada e saída de trabalhadores, equipamentos e materiais, caracterizadas pelo portal de acesso ao subsolo, colar do poço, planos inclinados ou rampas, chaminés e galerias de encosta, não se confundindo com a portaria ou com a área de servidão da mina.

22.37.5 Hora de percurso ou deslocamento é o tempo despendido pelo trabalhador da boca da mina ao posto de trabalho no subsolo e vice-versa.

22.37.6 Trabalho efetivo em minas subterrâneas inicia-se quando o trabalhador chega ao seu posto de trabalho no subsolo.

22.37.7 Nos locais e postos de trabalho será fornecida aos trabalhadores água potável em condições de higiene.

22.37.8 Quando o empregador fornecer o transporte para deslocamento de pessoal, diretamente ou através de empresas idôneas, deverá observar que sejam realizados em veículos apropriados, garantindo condições de comodidade, conforto e segurança aos trabalhadores.

22.37.9 A empresa deverá manter organizada e atualizada a estatística de acidentes de trabalho e doenças profissionais, assegurando pleno acesso a essa documentação à CIPAMIN, SESMT.

22.37.9.1 Os acidentes e doenças profissionais deverão ser analisados segundo metodologia que permita identificar as causas principais e contribuintes que levaram à ocorrência do evento, indicando as medidas de controle para prevenção de novas ocorrências.

22.37.10 Em caso de ocorrência de acidente fatal, é obrigatória a adoção das seguintes medidas: a) comunicar de imediato, à autoridade policial competente e à SRTb, a ocorrência do acidente; b) isolar o local diretamente relacionado ao acidente, mantendo suas características até sua liberação pela autoridade policial competente.

22.37.11 Os casos omissos decorrentes da aplicação desta Norma Regulamentadora serão dirimidas pelo Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho - DSST/MTb.

22.37.12 O disciplinado na presente Norma Regulamentadora não exclui a observância das demais disposições estabelecidas em legislações específicas.

Finalmente, por sugestão do coordenador da CPNM, definiu-se que a pauta da próxima reunião, cuja data será marcada oportunamente, abordasse a elaboração de formulário para comunicação de acidentes fatais ao Ministério do Trabalho sugerindo que se tome como base o formulário adotado pela MSHA (Mining Safety and Health Administration) do United State Department of Labor dos Estados da América do Norte, de forma a permitir uma melhor qualidade das informações. Não tendo mais nada a ser tratado, encerrou-se a reunião tendo sido lavrada esta Ata que será encaminhada por meio de correio eletrônico para análise de aprovação dos participantes da reunião.